

Pedro Conde: o problema ainda é a credibilidade.

O grande problema para a queda das taxas de juro é a credibilidade dos empréstimos pela Resolução 63 — afirmou Pedro Conde, superintendente do Banco de Crédito Nacional, que hoje, no Rio, passa formalmente para Roberto Konder Bornhausen, do Unibanco, a presidência da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) e da Associação dos Bancos no Estado de São Paulo (Assobesp), nas quais Conde permaneceu por três anos.

Em almoço de despedida com a imprensa, ontem, no Nacional Club, Conde admitiu o baixo nível de confiança nas decisões oficiais, encontrado nas empresas. Seu banco, contudo, já reduziu de 3 pontos o custo das operações ativas (de empréstimo, com correção monetária) esta semana. Nada declarou, porém, a respeito das taxas dos outros bancos, e foi reticente quanto a um rápido movimento de recuo dos juros: "Há um tempo para adaptação".

O tema dos juros ocupou boa parte do almoço, mas Conde atenuou o tom duro que havia empregado dias atrás, quando em nota oficial da Febraban assinalara que os bancos não querem ser síndicos da massa falida em que se converterá a economia privada no Brasil, caso não caiam os juros. Junto com a nota, havia a sugestão dos bancos de que o governo assumisse o compromisso de nivelar a correção cambial e a correção monetária, o que foi feito com a Resolução 802 do Banco Central. Os bancos haviam sugerido porém mais do que isso: propunham que o governo tivesse usado um decreto-lei, pelo qual o Tesouro se responsabilizaria pelo pagamento de eventuais diferenças, contra os emprestadores em moeda externa.

Conde admitiu que a Resolução 802 "é uma regra escrita, não pode ser mudada", mas também que os empresários ainda não se têm mostrado dispostos a tomar recursos externos, depois de divulgada a Resolução. E, a rigor, esse seria o meio pelo qual os juros cairiam, porque há sobra de recursos externos, depositados no Banco Central (o dirigente bancário calcula que há US\$ 2 bilhões só em recursos da Resolução 63). Se a

correção monetária é igual a correção cambial, o custo dessas operações cai a um nível entre 19 e 22% acima da correção. (O custo de uma operação em cruzeiros, inclusive o IOF, oscila entre 28 e 40% ao ano, fora a correção monetária).

Captação

Conde afirmou que os bancos já reduziram suas taxas de captação de recursos, mas a procura pelos títulos ainda está fraca. "As taxas de captação vão cair, mas estão condicionadas ao *overnight*." (As taxas de *overnight* — operações por um dia — estão em alta em março, e isto poderá portanto dificultar a queda nas taxas de captação.)

Para o diretor do BCN, as taxas no *overnight* já se tornaram incompatíveis com a correção monetária deste mês, mas talvez já estejam adequadas à correção do próximo mês, que deverá ser mais elevada, dentro da regra de que as correções e a inflação serão iguais, embora em períodos trimestrais.

Conde evitou prever a inflação para este ano, não revelou com que projeções o BCN trabalha, mas disse que "se a inflação ficar entre 90 e 100%, será um resultado muito bom".

Quanto à afirmação do diretor do Mercado de Capitais do Banco Central, Hermann Wey, de que as pessoas físicas poderiam ser proibidas de aplicar no *open market*, o dirigente do setor bancário considerou que o que o governo pode estar estudando é a restrição a operações no *overnight* (a principal modalidade do *open market*, ou seja, negócios por 24 horas).

Conde declarou que é perfeitamente admissível a vinda de novos bancos estrangeiros para o Brasil, desde que com regras claras, como a permissão para a instalação de uma única agência e um aporte mínimo de capital da ordem de US\$ 100 milhões (Cr\$ 40 bilhões) além da obrigatoriedade de trazer determinado volume mínimo de empréstimos.

O banqueiro afirmou ainda que a expressão "moratória" não o assusta mais, em vista da inconveniência de uma cessação de negociações, tanto para o Brasil como para os credores.